

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO XVIII



COIMBRA / 1980

## A FÁBRICA DE VIDROS DA MARINHA GRANDE EM 1774

A política pombalina de «fomento industrial», característica da última fase da governação no reinado de D. José, está hoje estudada e é conhecida nas suas motivações e aspectos fundamentais. Na sua origem encontramos a crise económica iniciada por altura de 1760 com a profunda quebra na produção de ouro e açúcar e no conjunto das exportações brasileiras, — situação agravada por toda uma série de circunstâncias de ordem interna e externa, desde o terremoto de 1755 à guerra dos Sete Anos.

A diminuição dos ingressos de ouro em Portugal provocou naturalmente uma baixa na amoedação, que por sua vez se reflectiu no comércio externo, designadamente na redução das importações inglesas, suscitando problemas ao abastecimento do País em géneros alimentícios e produtos manufacturados. As dificuldades do tráfico com o Brasil aparecem de modo flagrante na descida catastrófica dos lucros da Companhia do Grão-Pará e Maranhão a partir de 1762, mas a própria economia interna portuguesa foi gravemente afectada, em especial o comércio das praças de Lisboa e Porto.

A crise teve também aspectos e repercussões no plano financeiro, tanto no Brasil — com a descida dos dízimos e dos tributos sobre o ouro e os escravos — como na metrópole, onde fez baixar os rendimentos gerais do Estado, limitando as disponibilidades do Tesouro. Daí toda uma actividade legislativa, prolongada por vários anos, e cujas normas incidiam especialmente em dois pontos relacionados com as receitas estaduais: o lançamento e aumento de impostos e a organização e melhor fiscalização das alfândegas. Providências que devem ter sido insuficientes, pois o Governo pombalino, perante as dificuldades da balança de pagamentos, passou a adoptar uma política de fundação e reorganização de oficinas e manufacturas, com o objectivo de enfrentar o problema da falta do ouro e tentar substituir algumas importações estrangeiras por artigos de fabrico português (!).

0) Sobre este assunto ver especialmente os estudos de Jorge Borges de Macedo : *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Porto, 1951, pp. 159-190, 240-264; *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1963, pp. 187-190; e ainda: Visconde de Carnaxide, *O Brasil na administração*

Foi no quadro destes condicionalismos que o alvará de 7-Julho-1769 concedeu licença a Guilherme Stephens para «o restabelecimento e continuação» da fábrica de vidros situada na Marinha Grande, sujeitando-se às normas que constavam de um anexo. Desde 1756, para aproveitar o momento favorável da reconstrução de Lisboa após o terremoto, este súbdito inglês explorava fornos de cal em Alcântara, e, apesar de ter passado por grandes dificuldades financeiras, sabe-se que, em 1767, pediu e obteve a prorrogação por 20 anos da anterior concessão <sup>(2)</sup>.

Não conhecemos, de forma documentada, as circunstâncias que o levaram a dedicar-se à indústria do vidro, nem de quem partiu a iniciativa. Já foi atribuída ao marquês de Pombal e a Francisco Xavier de Mendonça <sup>(3)</sup> e há até quem diga ter sido «D. José I, em pessoa, que confiou a Guilherme Stephens o encargo» da restauração da fábrica <sup>(4)</sup>. Mas estas afirmações, feitas sem provas, deixam-nos, naturalmente, na dúvida, e o alvará de 1769, tomado à letra, parece apontar no sentido de uma proposta do inglês que o Governo aceitou <sup>(5)</sup>.

Como quer que fosse, o empreendimento tinha antecedentes próximos. Após uma tentativa falhada em 1714, à qual esteve ligado um italiano, D. João V fez levantar a manufatura de vidros de Coima, ao sul do Tejo, a meio caminho entre o Seixal e Palmeia. Iniciada em 1718, passou por momentos de progresso e também por vicissitudes várias, ao longo de 30 anos, primeiro sob a orientação de mestres

*pombalina (Economia e política externa)*, São Paulo, 1940, pp. 76-96; V. Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850*, Paris, 1955, pp. 251-258; H. E. S. Fisher, *The Portugal Trade. A Study of Anglo-Portuguese Commerce, 1700-1770*, Londres, 1971, pp. 41-44; F. Mauro, *Le Brésil du XV<sup>e</sup> à la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris, 1977, pp. 146-150.

<sup>(2)</sup> Carlos Vitorino da Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. II Centenário, 1769-1969*, Lisboa, 1969, pp. 15, 20-22, 192-204.

<sup>(3)</sup> A. de Calazans Duarte, *Os Stephens na indústria vidreira nacional*, Figueira da Foz, 1937, pp. 9-10, e *A Indústria Vidreira na Marinha Grande*, Lisboa, 1942, pp. 8-9.

<sup>(4)</sup> Alfredo Gándara, *As bases históricas e morais do desenvolvimento da indústria do vidro na Marinha Grande*, Lisboa, 1967, pp. 3-4; Grace Thornton, *The Stephens brothers and Marinha Grande*, in *British-Portuguese Chamber of Commerce. Monthly Magazine*, Lisboa, vol. II, n.º 6, Outubro-1969, p. 253.

<sup>(5)</sup> Carlos V. da Silva Barros, *op. cit.*, pp. 22-23, 49.

franceses e depois ingleses. O problema da falta de lenhas, de que se queixaram o juiz do povo e casa dos Vinte e Quatro de Lisboa (1746), atribuindo a culpa aos gastos da fábrica, levou o seu administrador, João Beare, a transferi-la, com licença régia, para a Marinha Grande, provavelmente em 1748 <sup>(6)</sup>.

Embora no ano seguinte lhe tenham sido retirados os privilégios de que gozava, incluindo o de cortar madeiras no pinhal de Leiria, enquanto era forçado a sofrer a concorrência da fábrica do Covo (Oliveira de Azeméis) e dos vidros estrangeiros, cuja proibição fora levantada, o novo estabelecimento conseguiu manter-se em alaboração e vender os seus produtos durante alguns anos <sup>(7)</sup>. Já se encontrava, porém, «decadente», «na ultima decadencia», com «o edificio Velho inteiramente arruinado e incapaz», no momento da concessão a Stephens <sup>(8)</sup>.

A fim de dar cumprimento ao alvará de 7-Julho-1769 e às condições que o acompanhavam, partiu o inglês para a Marinha Grande, «a edificar de novo» a fábrica «com a grandeza e solidez necessaria». Contava com a protecção régia, expressamente prometida, e com um empréstimo de 32 contos de réis por conta da Fazenda real, ordenado por decreto de 8-Julho, cuja execução foi atribuída à Junta do Comércio.

Desenvolvendo uma intensa actividade na construção ou reconstrução de edificios, na compra e aforamento de terras e na contratação

<sup>(6)</sup> *Description de la ville de Lisbonne (...)*, Paris, 1730, p. 218; Ch.-F. de Merveilleux, *Mémoires instructifs pour un voyageur dans les divers Etats de l'Europe*, t. II, Amsterdão, 1738, p. 160; Sousa Viterbo, *Artes industriaes e industrias portuguezas. O vidro e o papel*, Coimbra, 1903, pp. 13-15; Vasco Valente, *O Vidro em Portugal*, Porto, 1950, pp. 55-60, 118-133; M. Pereira da Costa, *Subsídios para a historia da indústria vidreira no concelho de Oliveira de Azeméis*, Aveiro, 1955, pp. 50-52; J. Borges de Macedo, *Problemas*, cit., pp. 69-70, 264-265; C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, p. 33. Sobre a industria do vidro no tempo de D. João V preparamos um trabalho baseado em numerosas fontes, em grande parte inéditas, que temos reunido desde há bastantes anos.

<sup>(7)</sup> M. Pereira da Costa, *op. cit.*, pp. 51-53, 91-94; C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, pp. 33-35, 179-192. Não nos alongamos neste ponto por estar anunciada a publicação de um estudo de Joaquim Correia acerca da fábrica de Beare na Marinha Grande (Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, 1980, p. 377, nota 33).

<sup>(8)</sup> Does. em V. Valente, *op. cit.*, pp. 135 e 140; C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, pp. 40, 47 e 168.

de pessoal nacional e estrangeiro, conseguiu Stephens que a sua manufactura principiasse a produzir vidraça em 16-Outubro-1769 e vidro cristalino em 1770. Nos anos seguintes, novas oficinas se levantaram e mais fornos entraram a laborar, com o correspondente e bem sensível aumento da produção. Entretanto, aproveitando a faculdade concedida pelo n.º XI das suas *Condições*, em que o Rei lhe mandava dar toda a ajuda e favor, permitindo também que, pela secretaria de Estado, fizesse as representações consideradas necessárias, o «senhor da Fabrica dos Vidros» (como lhe chamam fontes do tempo) ia solicitando providências e privilégios, com o objectivo de garantir o completo successo do seu empreendimento.

Em fins de 1771, enviou uma informação optimista à Junta do Comércio, que a considerou «muito gostosa», acrescentando, no entanto, ficar à espera da prometida relação do vidro fabricado no referido ano, com a planta dos novos edificios, para melhor poder apreciar «os progressos» da manufactura. Não sabemos se Stephens cumpriu a promessa, mas é de crer que sim, dado que, dois anos depois, a Junta não hesitava em declarar ter ele respeitado até então «todas as suas obrigações». Ora, uma delas, constante do n.º XI das *Condições*, era a de fazer subir à presença real, no fim de cada ano, «huma relação circunstanciada do estado da mesma Fabrica, seu adiantamento, quantidade, e qualidade de vidros, que naquelle anno se tiverem fabricado, e extrahido» (9).

Por estranho que pareça, quase todas essas relações anuais se perderam ou não são ainda conhecidas. Está publicada, que sabemos, a de 1803 (10). Imprimimos hoje mais uma, a de 1774, que se encontra (iné dita, segundo julgamos) na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (11).

Trata-se, com toda a evidência, de um original, constituído pela *Relação* propriamente dita, datada da Marinha, 28-Fevereiro-1775, e de um apêndice de três *documentos*, cada um deles com a data de 31-Dezembro-1774. No fim dos quatro textos encontra-se a assinatura autógrafa de Guilherme Stephens. Embora o destinatário não esteja

(9) Ver a desenvolvida exposição e os numerosos documentos publicados por Carlos V. da Silva Barros, *op. cit.*, pp. 46-55, 167-176, 204-256. Texto completo das *Condições* na mesma obra, pp. 40-46, e em V. Valente, *op. cit.*, pp. 135-140.

(10) C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, pp. 290-314.

(11) B.G.U.C.: Ms. 629, pp. 269-277.

expressamente indicado, o tratamento que lhe dá o autor e outros pormenores levam-nos a pensar naturalmente em Pombal.

Por esta relação ficamos a fazer uma ideia dos progressos e problemas da fábrica durante o ano de 1774. Os avanços técnicos reflectiram-se na produção, em quantidade e qualidade, assim como na aceitação do público. São elucidativos os dados estatísticos de que dispomos, para o período de 1769-1774, quanto ao vidro fabricado e vendido <sup>(12)</sup>.

**IMPORTÂNCIA DO VIDRO QUE TEM SIDO FEITO  
NA FÁBRICA DA MARINHA GRANDE**

<i>Anos</i>	<i>Cristal</i>	<i>Vidraça</i>	<i>Total</i>
1769	— 5 —	4.9725095	4.9725095
1770	1.7155415	5.4895325	7.2045740
1771	2.3095245	5.7895341	8.0985586
1772	4.1475240	6.4935671	10.6405911
1773	7.0565310	5.7295180	12.7855490
1774	9.2025420	7.2105961	16.4138381

Fonte: C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, p. 61.

**IMPORTÂNCIA DAS VENDAS DO VIDRO NA FÁBRICA  
E NAS CIDADES DE LISBOA E PORTO**

<i>Anos</i>	<i>Cristal</i>	<i>Vidraça</i>	<i>Total</i>
1769	— 5 —	— 5 —	— 5 —
1770	1.0055388	5.4655493	6.4705881
1771	2.2655392	5.8335194	8.0985586
1772	4.1475240	6.4935671	10.6405911
1773	7.6695985	5.1155505	12.7855490
1774	10.2655900	7.2105964	17.4768864

Fonte: C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, p. 61.

Pelo que respeitava à qualidade, Stephens lembrava que a arte de cortar, adiantar e polir o vidro se aperfeiçoara bastante em 1774, tendo ele descoberto em Portugal as pedras que para este fim se usavam na Boémia. O adiantamento dos aprendizes dava esperança de a

<sup>(12)</sup> A diferença entre a importância total das vendas em 1774 indicada no segundo quadro (17.4765864) e a que consta da *Relação*, na p. 275 (16.4135384), deve resultar de não terem sido incluídos nesta os vidros enviados para o Porto.

fábrica vir a ser «humas das mais distintas da Europa no bom gosto». Note-se, por outro lado, a grande variedade das peças de cristal produzidas<sup>(13)</sup>.

Quanto ao pessoal empregado no estabelecimento, quer no seu interior, quer no transporte das lenhas para os fornos e dos vidros para os locais de comércio, há um notável aumento numérico entre o início da laboração e o final de 1774<sup>(14)</sup>. Entre os que se ocupavam nesse «violento trabalho» (como o classificava Stephens) encontramos várias categorias, não só no plano hierárquico (mestres, oficiais, aprendizes), mas também em relação com a diversidade de funções e de técnicas utilizadas.

A especial referência aos aprendizes está justificada pelo importante papel que lhe atribuíam as *Condições* (n.º III), tendo em vista o futuro da fábrica. Gozavam de algumas vantagens, incluindo a garantia da colocação como oficiais, após exame, mas estavam sujeitos a rigorosa disciplina. O mesmo acontecia, aliás, com os outros trabalhadores, entre os quais vemos alguns estrangeiros, designadamente mestres, chamados, decerto, pelos seus particulares conhecimentos técnicos, que tinham obrigação de transmitir aos portugueses<sup>(15)</sup>.

Data	Pessoal empregado				Total geral
	Na fábrica			Carreiros	
	Homens	Mulheres	Total		
16-Outubro-1769	42	4	46	28	74
31-Dezembro-1774	86	10	96	81	177

Fontes: Para 1769, C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, p. 51 ; para 1774, a *Relação*, pp. 276-277.

<sup>(13)</sup> Confronte-se a lista da *Relação* (pp. 273-274) com uma pauta de preços dos vidros da fábrica, para venda em Lisboa, datada de 25-Junho-1772 (C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, pp. 173-176).

<sup>(14)</sup> É difícil conciliar com o número dado pela *Relação* em 1774 (177 pessoas) o que consta de um requerimento de Stephens, sem data, mas provavelmente de 1772, no qual se diz estarem ocupadas na manufactura «mais de trezentas pessoas» (Publ. por C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, p. 253). Se não houve exagero voluntário, só uma diversidade de critério na contagem poderá talvez explicar tão insólita diferença, que todo o progresso da fábrica parece desmentir.

<sup>(15)</sup> Cfr. V. Valente, *op. cit.*, pp. 62, 136, 140; C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, p. 51.

Se alguns problemas houve por vezes com o pessoal contratado, eles não se verificaram, provavelmente, em 1774, pois a *Relação* não se lhes refere. Também não alude a dificuldades então recentes, resultantes da concorrência estrangeira, contra a qual Stephens pedia, em 1772, providências eficazes, a começar pelo aumento dos direitos aduaneiros. Ausente, do mesmo modo, a questão suscitada pelos juizes do officio de vidraceiro de Lisboa contra o «novo fabricante», acusado de fazer cortar e vender por miúdo os vidros de vidraças, transgredindo as condições do seu contrato e prejudicando os vidraceiros, a quem essas tarefas competiam em exclusivo. Tais problemas, ao que parece, tinham já obtido solução, ou pelo menos perdido acuidade <sup>(16)</sup>.

Os maiores obstáculos à normal actividade da fábrica resultavam, por então, das circunstâncias em que era feito o transporte das lenhas necessárias ao funcionamento dos fornos e o dos vidros produzidos. Quanto ao primeiro ponto, devemos lembrar que uma das *Condições* de 1769 (n.º V) estabelecia que o guarda-mor e mais pessoas encarregadas do pinhal de Leiria e outros próximos não poderiam impedir a fábrica de se servir das lenhas destes pinhais, desde que não fizesse corte algum nos pinheiros, aproveitasse as «ramas e trancas inúteis» resultantes dos cortes «para o engenho da madeira» e fizesse conduzir à sua custa as ditas ramas e trancaria, não excedendo a distância uma légua <sup>(17)</sup>.

Até 1774 houve o embaraço de as lenhas se encontrarem longe, por os cortes para o consumo da fábrica da madeira terem sido feitos nos últimos quatro anos na zona mais distante do pinhal, o que atrasara o transporte; mas como o último corte para o serviço real já fora mais perto, esperava Stephens que os lavradores ajustados não faltassem na devida altura.

<sup>(16)</sup> V. Valente, *op. cit.*, pp. 141-146; C V. da Silva Barros, *op. cit.*, pp. 54-55, 253-255.

<sup>(17)</sup> Certamente para garantir o exclusivo da fábrica dentro dos citados limites, foi colocado junto ao edificio destinado a habitação e administração um marco em que se podem ver gravadas as seguintes palavras: «Por ordem de Sua Magestade todas as lenhas do pinhal que estão em huma legua o redor deste marco pertencem a fabrica dos vidros 1776» (Fotografia em A. Arala Pinto, *O Pinhal do Rei. Subsídios*, vol. I, Alcobaça, 1938, p. 214, fig. 64). Ao «engenho da madeira» voltaremos a referir-nos mais adiante.



Problema certamente ainda mais delicado era o do envio dos vidros para Lisboa. É certo que a *condição* n.º IX determinava que os caminhos para o serviço da fábrica estivessem «sempre conservados em estado de poder fazer as suas conduções sem perigo», diligência que o Rei mandava recomendar ao provedor da comarca; mas sabe-se que eram geralmente bastante más as vias de comunicação terrestre da época. Stephens diria mesmo, na *Relação*, que os caminhos se tornavam impassáveis no Inverno, e, ao indicar os pontos mais difíceis, permite-nos conhecer, com alguma aproximação, o trajecto do que ligava a Marinha Grande a Lisboa, ou, mais precisamente, ao Carregado, onde, por certo, a mercadoria era embarcada para a capital. Estas dificuldades obrigavam-no a fazer remessas pelo porto de S. Martinho, num barco de Cacilhas sem cobertura, correndo o risco, segundo ele dizia, de 6 a 7.000 cruzados por viagem. Utilizava, portanto, uma dupla via, quando necessário <sup>(18)</sup>.

Um último problema preocupava seriamente o proprietário da fábrica dos vidros em 1774-1775: o das relações com os «oficiais» encarregados do pinhal de Leiria. É sabido que desde há muito esta importante mata, vulgarmente conhecida então por *Pinhal do Rei*, fornecia madeiras para as construções navais portuguesas e outras obras do serviço real. Em 1723, o Governo de D. João V fez levantar, por técnicos holandeses, um engenho de serração movido pelo vento, perto do lugar da Marinha, nomeando em seguida pessoas para a sua administração e funcionamento. A superintendência do moinho veio a ser ocupada, em acumulação, pelo guarda-mor do Pinhal, cargo muito antigo, sob cuja jurisdição se encontravam os simples guardas ou couteiros.

<sup>(18)</sup> Esta conclusão é confirmada por um despacho da Junta (do Comércio?) sobre transporte de vidros da fábrica da Marinha Grande para a capital (Lisboa, 28-Abril-1774). Nele se faz referência à descarga na praia e ao carreto dos caixões de vidros «que entraõ assim pela Fos como pelo Ribatejo» (Biblioteca Nacional de Paris: *Fonds portugais*, Ms. 118, p. 17). Sobre o porto de S. Martinho, que então dava saída, principalmente, às madeiras do pinhal de Leiria, ver: Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas adjacentes*, vol. II, Lisboa, 1904, pp. 277-288; L. Ferrand de Almeida, *O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V*, Coimbra, 1962 (Sep. da *Rev. Port. de História*, t. X), pp. 22, 30-31, 47-49, 52-54; F. Castelo-Branco, *Os portos da enseada de S. Martinho e o seu tráfego através dos tempos*, in *Anais da Acad. Port. da História*, 2.ª série, vol. 23,1.1, Lisboa, 1975, pp. 269-282.

No início da época pombalina (1751), o conhecimento de descaminhos na administração do Pinhal e do engenho levou a que todos os ofícios e funções que lhes estavam ligados fossem objecto de minuciosa regulamentação, num conjunto de importantes *regimentos*. O do guarda-mor do Pinhal determinava que ele não daria licença «para se cortarem páos para madeira de consumo» sem primeiro se informar se estavam aproveitadas «as bicadas, os páos cahidos no chão» e os que se cortassem para a tirada de outros ; só depois de todos estes aproveitados, autorizaria o corte dos «necessarios para o consumo», contanto que fossem «de cogumelo, inúteis para as Reaes Fabricas, e por desbaste» (§ 32.º).

Outro regimento atribuía ao meirinho a missão de «vigiar continuamente o Pinhal», requerendo o que lhe parecesse conveniente para a sua boa conservação e aumento, fiscalizando os couteiros, prendendo «os transgressores achados em fragrante delicto» de descaminho no Pinhal e fábrica, e apreendendo, na mesma altura, os carros, bois e madeiras (§§ 1.º-5.º). Competia-lhe «assistir a todos e quaesquer córtés» que se fizessem e «estorvar com toda a força» qualquer tentativa para exceder as ordens com eles relacionadas (§ 7.º).

Ora, se confrontarmos estas disposições com as *Condições* dadas a Stephens em 1769, que no seu n.º V (atrás citado), lhe permitem utilizar as lenhas do Pinhal, mas com grandes restrições, logo vemos como era fácil surgirem dificuldades, incidentes e até conflitos entre os representantes das duas administrações e os seus subordinados, o que de facto veio a acontecer <sup>(19)</sup>.

É significativo que a *Relação* de 1774 agradeça o «castigo exemplar» aplicado a uns beleguins que tinham ofendido gravemente o mestre das obras da fábrica dos vidros, mas o mesmo documento mostra não ter a questão ficado logo resolvida. Stephens queixava-se de o meirinho

<sup>(19)</sup> Os regimentos relativos à administração do pinhal de Leiria e do engenho foram publicados num folheto de 56 páginas, subordinado ao título: *Regimento para o Guarda Mór dos Pinhaes de Leiria e Superintendente da Fabrica da Madeira da Marinha, e seus Officiaes, no qual se dá a forma para o bom governo e arrecadação da Fazenda Real. Feito no anno de 1751*. Voltaram a ser impressos várias vezes. Apesar de ter alguns erros, utilizámos a edição de A. Arala Pinto, *O Pinhal do Rei*, vol. I, pp. 175-206. Para a história do pinhal de Leiria ver esta mesma obra (2 vols., Alcobaca, 1938-1939) e para a do engenho o nosso estudo, já citado : *O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V*, Coimbra, 1962.

do Pinhal, João António de Azevedo, pretender tirar desforço deste caso, praticando «os mais extravagantes excessos», com prepotências e ameaças contra os lavradores que transportavam as lenhas, chegando a ameaçar a própria fábrica e a insultar o proprietário em termos tão grosseiros que este se via obrigado a dar parte de tal procedimento em representação separada. O recurso ao guarda-mor não produzira qualquer efeito.

Diferente foi, no entanto, a atitude do Governo, ao ser informado do que se passava. Durante os anos de 1775-1776, o próprio Pombal dirigiu várias ordens a António da Silva de Ataíde, guarda-mor do pinhal de Leiria e superintendente da real fábrica da madeira, com instruções destinadas a facilitar o trabalho dos carreiros e o transporte de lenhas para a manufactura dos vidros (20). E já antes, por provisão de 8-Maio-1775, fora ordenado ao juiz sindicante da correição de Leiria, Joaquim Manuel de Carvalho, que tirasse *residência* do guarda-mor e seus oficiais, com devassa geral de todas as pessoas ocupadas nas três repartições da fábrica e feitorias dos portos da Pederneira e S. Martinho, fazendo prender e remeter a Lisboa o meirinho João António de Azevedo.

O relatório da sindicância, terminada ainda em 1775, veio mostrar que o guarda-mor tinha servido até ao momento «com boa satisfação» e até de forma «exemplar». Ficou patente, pelo contrário, o mau procedimento do meirinho, a sua inimizade à fábrica dos vidros, publicamente manifestada, em despropósitos de vária ordem, e ameaças aos

(20) Ordens de 16-Junho-1775, 16-Julho-1775 e 12-Dezembro-1776 (B. N. de Paris: *Fonds portugais*, Ms. 118, pp. 18-25). Este Ms. de 70 pp., intitulado *Fabrica dos vidros*, é cópia de documentos relacionados com a manufactura da Marinha Grande, de 1769 a 1821. Alguns são bem conhecidos e estão até publicados; outros não se encontram facilmente. Não sabemos se haverá qualquer relação entre esta fonte e o trabalho de João M. Esteves Pereira, *Historia da Fabrica da Marinha Grande*, publicado no *Correio de Leiria*, em 1896, e que se diz conter «documentos officiaes de 1769 a 1821» (J. M. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal. Dictionario Historico (...)*, vol. III, Lisboa, 1907, p. 218, e vol. IV, Lisboa, 1909, p. 855). O Ms. foi adquirido pela B.N. de Paris depois da publicação do catálogo de A. Morel-Fatio (1892) e dele dá uma breve notícia Jorge Peixoto, *Manuscritos portugueses da Biblioteca Nacional de Paris*, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. IV, n.º 2, Lisboa, Abril-Junho de 1963, p. 271.

condutores das lenhas, com a consequência de a manufactura ter chegado ao ponto de estar parada por falta de combustível (21).

As providências então tomadas permitiram-lhe continuar, normalmente, a laborar e a progredir. A protecção governamental, evidente na época pombalina, manteve-se no reinado seguinte, e em 1780, quando já Guilherme Stephens tinha como sócio seu irmão mais novo João Diogo, que lhe havia de suceder, a rainha D. Maria I confirmou e ampliou as *Condições* de 1769, atendendo às vantagens de tais estabelecimentos e «ao zelo com que os proprietários deste se tem distinguido em manifesta utilidade» do Reino (22).

Embora gozando de grandes privilégios, nem por isso a fábrica deixou de enfrentar oposições e dificuldades de vária natureza, por vezes muito graves, e que foi necessário vencer. O espírito empreendedor dos irmãos Stephens e o sentido social que, em larga medida, souberam imprimir à sua actividade deram à manufactura dos vidros uma projecção que pesou decisivamente no desenvolvimento demográfico e económico da Marinha Grande e da sua região (23). São aspectos conhecidos e a respeito dos quais não vamos alongar-nos, pois estas páginas apenas pretendem servir de introdução aos documentos que a seguir se publicam.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

(21) Relatório da sindicância realizada no pinhal de Leiria e nas repartições da fábrica e feitorias da Pederneira e S. Martinho (Leiria, 8-Outubro-1775)—Bibl. da Acad. das Ciências de Lisboa: *Ms. 1083-Azul*, fis. 1-3. O passo respeitante às relações do meirinho com a fábrica dos vidros está transcrito no apêndice do presente estudo (Doc. II).

(22) Alvará de 11-Dezembro-1780, in V. Valente, *op. cit.*, pp. 163-168; C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, pp. 57-59, 261-263.

(23) Cfr. *Os Frades julgados no tribunal da razão. Obra posthuma de Fr.\*\*\* Doutor Conimbricense* (1791), Lisboa, 1814, pp. 59-60; Visconde de Balsemão (2.º), *Memoria sobre a Descrição física, e económica do Lugar da Marinha Grande, e suas visinhanças*, in *Memorias Económicas da Acad. R. das Sciencias de Lisboa*, t. V, Lisboa, 1815, pp. 259, 271-275; J. B. de Andrada e Silva, *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, 1969 (1.ª ed., 1815), pp. 144 e 149; J. Ration, *Recordações*, 2.ª ed., Coimbra, 1920, p. 105; A. Arala Pinto, *op. cit.*, vol. I, pp. 216-222; V. Valente, *op. cit.*, pp. 52-53, 62-63; L. de Pádua Soares, *Industria do Vidro*, Lisboa, 1957, pp. 9-10; C. V. da Silva Barros, *op. cit.*, pp. 23-26.

## DOCUMENTOS ^)

í

Relaçã do estado da Fabrica dos Vidros e pessoas nella occupadas  
em 31 de Dezembro

«1774» [p. 269] O)

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Comprindo com o 13 Cap. (?) de Instituição desta Fabrica dos Vidros, ponho na prezença de Vossa Excellenda a relação do anno de 1774, e por meyo della tenho a honrra de participar a Vossa Excellenda o augmento e progressos desta Fabrica, nao so na factura do vidro, mas também na venda delle, e a geral açeitação que o vidro tem pello Povo em geral.

Os Premios e Exacta disciplina que se pratica com os Aprendizes tem produzido os effeitos mais felizes; o adiantamento destes rapazes dá esperança de ser esta Fabrica huma das mais distinctas da Europa no bom gosto, assim como hé já no Edeficio e boa qualidade de vidro.

A Arte de Cortar, Diamantar e polir o vidro tem tido neste anno hum distincto e perfeito adiantamento, e tenho descuberto neste Reyno as pedras que uzaõ em Bohemia para esta Arte, athe agora presumido que só as havia naquelle Reyno.

Os caminhos para a condução dos vidros por terra são cada ves mais impassaveis no Inverno e me obriga fazer as remessas por S. Martinho, servindome de hum barco de Cassilhas sem coberta, aonde no Mar largo corro o risco de seis athe sete mill cruzados cada viagem; as piores passagens por terra são Venda dos Carvalhos, Molliano, Venda da Costa, Matta de Albergaria, Tagarro, da parte do Sull; Otta, de huma e outra parte, Moinho-novo e Carregado.

O unico embaraço que a Fabrica teve neste anno foy das Lenhas serem longe, procedido dos cortes da Madeira do consumo ordinario da Fabrica da Madeira (\*)

(\*) Normas de transcrição: Desdobrámos as abreviaturas, com excepção de algumas de uso vulgar, e corrigimos a pontuação, mas conservámos a ortografia, usando, no entanto, as letras *u*, *v*, *i* e *j* com o valor actual. Acrescentámos algumas breves notas em pé de página.

(D Pág. 270 em branco.

(?) Aliás capítulo (ou n.º) XI.

terem sido feitos nestes ultimos quatro annos na mais distante parte do Pinhal, o que deu cauza aos Lavradores tardar na condução, pore, ainda que tarde, sempre trouxeraõ o necessario provimento, e como o presente corte que se fez para o Real Serviço hé mais perto, os Lavradores de quem a Fabrica ajusta as Lenhas (posta de muros a dentro) estaõ mais sussegados, e espero que me não faltem em tempo futuro, nem que a Fabrica torne exprimentar o prejuizo de meter Lenhas em tempo de Chuva.

Eu e a Fabrica toda renda as graças a Vossa Excellenda pello castigo exemplar que tiveraõ os Beleguins que ofenderão taõ gravemente o Mestre destas Obras; com tudo, outro Beleguim, que serve como Meyrinho do Pinhal, pertende despicar com a Fabrica o cazo dos seus companheiros; este homem sem ordenado vive da rapina; todos os Lavradores que tem provido esta Fabrica com Lenha, e lhe não são tributarios, são victimos (*sic*) da sua cubiça, e como animal faminto tem feito os mais extravagantes excessos, e, com o pretexto de ser official em continuo serviço de S. Magestade, não só amiaça e afflige os Lavradores que servem a Fabrica, mas também se atreve a amiaçar a Fabrica, e com palavras as mais escandalozas tem ultrajado a minha pessoa, por modos taõ grosseiros que sou obrigado a dar parte a Vossa Excellenda em representação separada; certifico a [p. 271] Vossa Excellenda que meu sofrimento com este homem tem sido já muito grande, e, recorrendo ao Guarda mor, que bem conhece o seu máo procedimento, ou por genio timido, ou por falta de Jurisdicção sobre os sobalternos, não se atreve castigallo,

A qualidade e quantidade de vidro feito neste anno vai especificado no Documento A.

A quantidade de vidro vendido neste anno vai especificado no Documento B.

O Numero das pessoas impregadas na Fabrica vai expressado no Documento C.

Deos guarde a Vossa Excelencia muitos annos. Marinha, 28 de Fevereiro 1775.

De Vossa Excellenda

Obsequiozissimo Servo e fiel Cativo

Guilherme Stephens <sup>(3)</sup>

ÍP- 272].

A

Resumo do Cristal feito no anno de 1774

45 Apartadores de quartilho de Cristal

1345 Dittos..... de 1/2 ditto..... ditto

953 Dittos..... de... ditto de vidro verde

9 Almofarizes

36 Açucareiros

1 Alampeda de 3 cadeas

2535 Bebedoiros abertos

57 Copos de 2 Canadas moldados

(3) Assinatura autógrafa.

- 502 Dittos de 1 ditto..... dittos  
 16898 Dittos de 1/2 ditto..... dittos  
 24863 Dittos de quartilho..... dittos  
 24196 Dittos de 1/2 ditto..... dittos  
 26086 Dittos de 3 em hum quartilho dittos  
 2952 Dittos de 1/2 Canada atrombetados lizos  
 13573 Dittos de quartilho..... dittos..... ditto  
 3193 Dittos de 1/2 ditto..... ditto..... ditto  
 3296 Dittos de 3 em hum quartilho ditto..... ditto  
 2246 Dittos de 1/2 Canada molde novo  
 6860 Dittos de quartilho..... ditto  
 2936 Dittos de 1/2..... ditto..... ditto  
 2079 Dittos de menos..... ditto  
 486 Dittos de 1/2 Canada com aza  
 960 Dittos de quartilho..... ditto  
 380 Dittos de ditto moda nova adiamantada  
 252 Dittos de ditto chatos  
 92 Dittos de 1/2 ditto..... dittos  
 8943 Dittos de quartilho para Limonada  
 4925 Dittos para Agoardente  
 3620 Dittos de Caliz  
 1684 Chicaras para Agoardente  
 97 Dittas para Doce  
 102 Cubertas para ditto  
     Canudos de vidro verde de 59 libras (4)  
     Dittos de..... ditto cristal de 65 libras (4)  
 5 Canecas Portuguezas  
 70 Dittas Inglezas de 1/2 Canada  
 32 Dittas..... dittas de quartilho  
 14 Coraçoens  
 37 Castiçaes  
 12 Coroas para Mangas  
 10 Cabeças para Lambiques  
 10 Culheres  
 6000 Frasquinhos de 2 e de 3 onças redondos  
 1207 Dittos de 1/2 quartilho..... ditto  
 468 Dittos de hum ditto..... ditto  
     12 Dittos de 3 quartilhos  
 126 Dittos de 1 libra (4) para Tabaco  
 1062 Dittos de 1/2 libra (4)..... ditto

(4) A última palavra está em abreviatura, constituída pelas letras *lb*, cortadas por um traço que depois se prolonga por cima delas (Ver exemplos muito parecidos em Carlos V. da Silva Barros, *op. cit.*, catálogo I, pp. VI-VIII, XII, XXI, XXII. Cfr. *ibid.*, pp. 173, 175, 176, 290, 294, 296, 299, 302, 305, 306, 309-313).

- 570 Dittos de 1/4 libra <sup>(5)</sup>..... ditto
  - 44 Dittos de 1 Canada Chatos
  - 21 Dittos de 1/2 ditto..... dittos
  - 121 Frasquinhos para Agoa de cheiro vidro verde
  - 92 Funis de 1/2 quartilho
  - 144 Galhetas unidas
  - 1190 Dittas para Missa
  - 158 Dittas com aza e tampa para Menza
  - 23 Garrafas de 6 Canadas
  - 40 Dittas de 4..... dittas
  - 41 Dittas de 3..... dittas
- 
- 167711 Peças segue adiante

[p. 273].

- 167711 Peças que vem da Lauda atras
- 164 Garrafas de 2 canadas redondas
  - 208 Dittas de 1..... ditto..... dittas
  - 140 Dittas de 1/2..... ditto..... dittas
  - 20 Dittas de 3 quartilhos..... dittas
  - 144 Dittas de 1 ditto..... dittas
  - 15 Dittas de 1/2 ditto..... dittas
  - 25 Dittas de 1 Canada com pé de Salva
  - 32 Dittas de 1/2 ditto..... ditto
  - 20 Dittas de 1 ditto quadradas
  - 288 Dittas de 1/2..... ditto..... dittas
  - 92 Dittas para Cappiller
  - 335 Dittas de florença vidro verde
  - 35 Jarros de 4 bicos para flores
  - 4 Dittos para Agoa as maons de 1 Canada
  - 6 Dittos..... ditto..... de 1/2 Canada
- 145 Lampioens do 3.º Lotte
- 11 Lambiques de 6 Canadas
  - 6 Dittos..... de 3..... dittas
  - 4 Dittos..... de 2..... dittas
  - 15 Dittos fechados de Cristal
  - 18 Dittos largos com botaõ
  - 63 Mamadeiras
  - 6 Matraces
- 734 Ourinois de 1/2 Canada
- 60 Potes para pumada
  - 30 Pucaros com tampa, pé e aza
  - 12 Dittos de 1 Canada sem tampa
  - 7 Dittos de 1/2 ditto..... ditto

<sup>(5)</sup> Ver a nota 4.



98	Pires com pé de Salva
9	Pias para Agoa benta
6	Peras de 4 Canadas
192	Dittas de 1..... ditta
1	Prato para Agoa as maons
5	Purificadores
114	Retortas de vidro verde
12	Receipientes
1090	Rolhas de Bolhas
3807	Dittas piquenas
37	Salvas
1155	Sanguixugueiros
7	Serpentinas
14	Espatulas
210	Tigellas para Doce
6	Tampas para Garrafas
7	Tegilinhas com pé
30	Vazos para Doce
2199	Ventozas
3	Viveiros para Peixes de 8 polgadas
72	Dittos para Candieiros
17	Vazos para Lavatorio de 1 Canada
24	Vidros para Alampeda de 1/2 ditta
36	Dittos..... ditto..... de quartilho
9	Dittos..... ditto..... de menos
8	Vazos para as vaporacoens dos Sais
21	Vidros para Relogios grandes
<u>179539</u>	<u>Peças de Cristal</u>
41631 libras <sup>(6)</sup> de Vidro para vidraças	
Para Lisboa .....	{ 516 Caixas de Cristal
	{ 281 Caixas de vidro para Vidraças
Para o Porto .....	66 Caixas de Cristal
Total .....	863 Caixas
Marinha, 31 de Dezembro 1774	

Guilherme Stephens <sup>(7)</sup>

[p. 274].

<sup>(6)</sup> Ver a nota 4.

<sup>(7)</sup> Assinatura autógrafa.

## B

Relação do vidro vendido nesta Fabrica e no Armazem Geral de Lisboa no anno de 1774

Vendido em Lisboa	{ Cristal .....	8.409\$895
	{ Vidraça .....	5.900\$829
Vendido na Fabrica	{ Cristal .....	792\$525
	{ Vidraça .....	1.310\$135
		R 16.413\$384

Marinha, 31 de Dezembro 1774

Guilherme Stephens (\*)

[p. 275].

## C

Relação do presente estado em que se acha a Fabrica dos Vidros e pessoas nella occupadas

Mestres do Vidro .....	{	Joaõ Jorge
	{	Joaõ Gallo
	{	Joaõ Miguel
	{	Paulo de Oliveira
	{	Joaõ Miller
Ajudantes dos dittos .....	{	Manoel Braz
	{	Antonio de Souza
	{	Silvestre Joze
	{	Luiz Ferreira
	{	Domingos da Fonte
	{	Joaõ Ferreira
Mestres de estender Vidraças .....	{	Jayme Antunes
	{	Manoel de Souza
Mestre de lapidar o vidro .....		Antonio Taubner
Aprendizes para o mesmo e para Flores ..	{	Joaõ Antonio
	{	Nuno de Mattos
	{	Ignacio Carvalho

(\*) Assinatura autógrafa.

Aprendizes de fazer o Vidro .....	{	Francisco da Fonte Joaquim Miguel Francisco Miguel Joaõ Gallo Joaõ de Oliveira Joze Duarte Joze Miller Manoel Ribas Joaõ Ribas Rodrigo de Oliveira Alexandre Domingues Joaquim Antonio Manoel Caçaõ Joze Gil Joze Branco Jacinto Pereira Sebastiaõ de Oliveira Joze Dias Luiz de Souza Joze Antonio Joaquim dos Ramos Joaõ de Oliveira Antonio da Silva
-----------------------------------	---	---

Fieis da Fabrica para dia e noite .....	{	Manoel Andre Joaõ Lopes Joaõ de Barros
---	---	--

Mestres para os Potes .....	{	Manoel Carvalho Francisco Joze Joze Simoens
-----------------------------	---	---

Segue adiante

[p. 276]

Continuaçaõ da Estada (*sic*) da Fabrica  
Mestre da construcãõ dos Fornos ..... Silverio Afonço

Atiçadores .....	{	Gregorio dos Santos Manoel de Barros Manoel de S. Joze Manoel Pedro
------------------	---	--

Cinzeiros .....	{	Antonio da Silva Manoel da Silva Joaõ da Silva Joze Felipe
-----------------	---	---

Secadores .....	{ Francisco Xavier Sebastião Lopes Manoel Francisco
Calcignadores .....	{ Raimundo dos Santos Joze Ferreira
Refinadores dos Sais .....	{ João Ferreira Joze de Souza
Muidores .....	{ Joze Duarte Manoel de Souza
Carpinteiros .....	{ Manoel Roiz João de Souza Miguel da Silva Eugenio da Silva
Serradores.....	{ Joaquim Mouteiro Joaquim Francisco
Ferreiros .....	{ João Pereira Antonio Marques
Pedreiros .....	{ Joze de Mattos Manoel Francisco
Amassadores de Barro .....	{ Manoel Lopes Joze Ferreira
Carreiros .....	{ Manoel Matheus Manoel Ferreira
Intelhadores e Trabalhadores .....	{ João Antonio Luiz de Barros Francisco Carreira Thomas Pereira
Mulheres .....	{ Joaquina Maria Joanna Margarida Roza Maria Antonia Maria Maria Lopes Catherina Lopes Custodia Maria Maria Ribas Maria Carvalha Anna Roza

Admenistração .....	}	Simplicio Joze Gaspar, Administrador Domingos Lourenço, Guarda Livros Jacinto da Costa
Porteiro .....		Joze Ignacio

Por todos saõ 96 pessoas occupadas dentro da Fabrica  
 81 Lavradores que metem as Lenhas e condução de Vidro  
 177 por todos

Marinha, 31 Dezembro 1774

Guilherme Stephens (9)

[p. 277].

(Bibl. G. da Univ. de Coimbra: Ms. 629, pp. 269-277).

## II

[...]. Mostrase que o dito Meyrinho<sup>(10)</sup> tinha huma desordenada paixao e forte oppozição a Fabrica dos vidros, dizendo publicamente que havia queimar e destruir as Pessoas que conduzizem lenhas a ella e faria com que Guilherme Stephens, senhor da mesma Fabrica, não tivesse outro romedio senão suspêndela e apagar os fornos, e que, por médo que conceberão os Conductores das lenhas, chegara a Fabrica a estar parada, por não ter lenha alguma, e nesse tempo queimaraõ alguns Costeiras e paos que estavaõ destinados para a obra da referida Fabrica, e outro sim que chegara a proferir que o Reyno não tinha necessidade de vidros e menos de Hereges, e que o Cura da Freguezia da Marinha era Mouro, por ter amizade com o dito Guilherme Stephens, também Mouro, e não menos publicava que no tempo do outro Fabricante lhe davaõ de comer e seus Cópos e este nada lhe tinha dado, mostrando nisto mesmo a Causa do seu ódio, e que toda a oppozição era porque o não convidavaõ na sobredita Fabrica dos Vidros. [...] [//. 2].

[.....]. Os páos que estiverem de todo cardidos e podres se devem tirar para pés e lenha para a Fabrica dos vidros, e desta forma brevemente se alimpa o Pinhal, como he necessario. [...] [fl. 14v.].

(Relatório da sindicância realizada pelo juiz Joaquim Manuel de Carvalho no pinhal de Leiria e nas repartições da fábrica e feitorias dos portos da Pederneira e S. Martinho. Leiria, 8-Outubro-1775 — Bibl. da Academia das Ciências de Lisboa, Ms. 1083-A, fls. 2 e 14v.).

(9) Assinatura autógrafa.

(10) João António de Azevedo, meirinho do pinhal de Leiria.